

Editorial

Paulo Osório¹

A multidisciplinaridade que a Linguística Histórica exige nem sempre tem sido atingida da melhor forma. Por tal facto, a Linguística Histórica que, depois de ter sido relegada para segundo plano na tradição linguística, volta a acolher, nos tempos hodiernos, o estímulo e a reflexão de muitos que a ela se vêm dedicando, necessitando, todavia, de metodologias específicas. A este propósito, afirma Maia (1995: 3): «Nesta viragem de século, quando a Linguística histórica volta a ocupar uma posição de primeiro plano, depois de várias décadas de predomínio da linguística sincrónica, ela tem vindo progressivamente a integrar novos conceitos teóricos, nomeadamente os que são peculiares de duas disciplinas linguísticas relativamente recentes, a Sociolinguística e a Pragmática».

Pretendendo a Linguística Histórica tratar os problemas inerentes à Mudança Linguística, o linguista poderá tomar em linha de conta as mudanças sociais e culturais, que melhor permitem definir o estágio linguístico em análise. Sendo o objecto de estudo da Linguística Histórica a abordagem do fenómeno da Mudança Linguística, sublinho que as motivações, inerentes a tal mudança e à variação nos textos medievais, são de ordem diversa: motivações de nível estrutural, sistemático e interno, por um lado, e, por outro, motivações externas pertencentes ao contexto extralinguístico, nomeadamente no que respeita aos domínios social, geográfico, político, cultural, entre outros. Apesar da coexistência de factores sistemáticos e externos na língua, sabemos da importância que a inter-relação destes assume na marcha evolutiva da mesma língua.

Foi-me extremamente gratificante organizar este número temático da Revista *Domínios da Lingu@gem*, sendo dedicado, na sua essência, a questões de historicidade do Português. Os textos aqui reunidos utilizam diferentes enquadramentos teórico-metodológicos e tratam de fenómenos linguísticos diferenciados. Une-os, no entanto,

¹ Doutor e Agregado em Letras (Linguística Portuguesa). Professor de Linguística no Departamento de Letras da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior e Investigador do Centro de Linguística da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Mail: paulosorio@hotmail.com

uma abordagem que pretende privilegiar a mudança inerente às línguas, mais concretamente, no que respeita à língua portuguesa, ou pela voz dos gramáticos ou através da análise de dados empíricos. Há, no entanto, textos que adoptam perspectivas mais teóricas no âmbito da Linguística Histórica.

Pretendi, assim, com a anuência da política editorial da Revista, reunir artigos *aquém e além* Atlântico, na certeza de que a língua que une estes dois povos sofre a marcha ininterrupta do tempo e do espaço. O estudo da história de uma língua permite, indubitavelmente, um melhor conhecimento do uso da língua do presente: «Se é certo que a dimensão sistemática das línguas é uma dimensão real, não menos real nem menos importante é a sua historicidade. Não basta descrever as estruturas internas, as estruturas imanentes, através das quais a língua funciona; é necessário explicar como se formaram os elementos que integram essas estruturas e como se reorganizaram os sistemas de que fazem parte. Só o tempo, isto é, a história da língua, explica a permanente evolução das organizações fónicas, morfológicas, sintácticas e semânticas» (Maia, 1995: 7). A este respeito, remeto ainda para a contribuição de Ferreira (1988-1989) e de Maia (1996-1997), dando conta, de forma detalhada, da absoluta importância da *História da Língua Portuguesa* na formação dos professores de Português.

O investigador de fases pretéritas da língua deve ter presente o que refere Castro (1991: 173): «O estudo dos estados passados de uma língua não pode contar com a experiência e a observação directa do linguista, mas apenas com os dois clássicos métodos conjecturais da **reconstrução** desses estados, baseada na comparação entre as variedades contemporâneas deles geneticamente decorrentes, e da exploração das **fontes escritas** produzidas na época que é objecto de atenção». Estando qualquer língua natural em perpétuo devir – «the history of language is a continuous process: it is not a series of stills, but a moving picture» (Milroy, 1992: 2) –, o polimorfismo linguístico e a instabilidade gráfica caracterizadores do período medieval reclamam a cada vez maior necessidade de boas edições da documentação remanescente.

Todo o historiador da língua deverá ter em atenção os tipos de textos existentes, bem como a sua utilidade para o estudo que pretenda desenvolver. Para um estudo linguístico, os textos literários deverão ser preteridos em favor de textos não-literários. Corroborar esta opinião Castro (1991: 174), afirmando que os textos não-literários são: «(...) a fonte preferida dos linguistas. Como foram escritos para servir alguma finalidade

prática relacionada com a administração, o direito ou a economia (...), estes textos são geralmente explícitos quanto ao local e à data em que foram escritos, bem como quanto aos participantes, a diversos níveis, na sua produção; identificam os autores morais, que desejaram a produção, os autores materiais, que a executaram, e também os confirmantes e testemunhas, que assistiram e que fornecem uma espécie de contexto histórico e social para o nascimento do documento». Estes últimos, pelo facto de se apresentarem datados e localizados, oferecem ao linguista uma maior segurança, permitindo, conseqüentemente, um maior rigor na adução de dados. No entanto, se os textos não-literários oferecem grandes possibilidades de estudo na tentativa de reconstituição de fases linguísticas passadas, em virtude do seu carácter formal (fórmulas iniciais e finais) poderão condicionar determinada recolha de dados.

Os textos literários apresentam uma notória riqueza e particular desenvoltura em estudos sintácticos, embora muitos desses documentos constituam cópias de cópias e, por isso, encerram uma tradição manuscrita complexa (uma cópia implica, pelo menos, duas origens textuais).

Muitos estudos há ainda a realizar na área da Linguística Histórica. Agradeço aos Colegas que participaram neste volume, sem deixar, também, uma palavra de reconhecimento a muitos que, por imperativos de tempo, não puderam contribuir com as suas investigações.

Portugal, 22 de Dezembro de 2009.

CASTRO, I. (com a colaboração de Rita MARQUILHAS e J. León ACOSTA) – Curso de história da língua portuguesa. Lisboa (Universidade Aberta), 1991.

FERREIRA, J. – O papel da História da Língua na aula de Português. In: *Diacrítica*, nº 3-4. Braga (Centro de Estudos Portugueses da Universidade do Minho), 1988-89, pp. 79-97.

MAIA, C. – Algumas reflexões sobre a disciplina “História da Língua Portuguesa”. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXI. Coimbra (Faculdade de Letras), 1996-97, pp. 1-25.

MAIA, C. – História da língua portuguesa. Guia de estudo. Coimbra (Faculdade de Letras), 1995.

MILROY, J. – *Linguistic Variation & Change. On the Historical Sociolinguistics of English*. Oxford (Blackwell), 1992.